

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista as quartas-feiras, no *Correio Popular* de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

215. MAGNÍFICO EXEMPLO QUE NOS VEM DO AMAZONAS

Um feliz acaso me fez tomar conhecimento da publicação, pela Associação Comercial do Amazonas, do importante livro de Lister Maw sobre a viagem por ele empreendida visando à passagem do Pacífico ao Atlântico, nas províncias do norte do Peru e descendo pelo rio Amazonas até o Pará. Publicado em Londres, em 1829, foi o livro de Maw um dos raríssimos casos de livros de viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil traduzidos quase na mesma época da edição original. O comum é geralmente tais livros levarem mais de um século para serem traduzidos, sem contar os numerosos que até hoje não o foram. Pois bem: publicado o original inglês de Maw em 1829, já em 1831 aparecia, editado também na capital inglesa, a tradução portuguesa levada a efeito por Antônio Julião da Costa, cônsul português em Liverpool. Esta tradução tornou-se mais rara que o próprio original inglês, segundo informação de Rubens Borba de Moraes, a maior autoridade em livros raros sobre o Brasil.

Empenhei-me em obter o livro, o que não foi difícil, dependendo apenas de alguma correspondência com a entidade que o editou. Ao recebê-lo, verifiquei tratar-se de reprodução facsimilar da edição de 1831, o que mais valorizou ainda a iniciativa.

Deixarei para outra oportunidade o comentário ao livro de Maw. Desejo, aqui, comentar algo de muito significativo. Esta obra já é o volume nono de uma coleção denominada "Hiléia Amazônica", que vem sendo publicada pela Associação Comercial do Amazonas, através de seu Fundo

Editorial, constituída toda de reedições fac-similares de obras clássicas sobre o Amazonas, publicadas originalmente no século passado ou no início do atual. Não tive oportunidade de conhecer os demais volumes da coleção, mas a julgar pelo volume de Maw, trata-se de magnífica iniciativa, não só cultural, como também material pelo cuidado da edição e o aprimoramento da apresentação gráfica.

Exemplo magnífico nos dá o Amazonas. Por que a Associação Comercial de São Paulo (poderosa como parece ser) não imita sua congêneres amazonense, fazendo o mesmo com textos valiosos para a história paulista, dando continuidade, assim, à coleção "Paulística", em boa hora iniciada pelo governo de Paulo Egídio Martins e em má hora interrompida pelos governos subsequentes? E nem se diga que a Associação Comercial do Amazonas apenas se interessa (o que seria natural) por textos de história econômica. Não. No catálogo que me foi enviado figuram, por exemplo, o Dicionário Topográfico da Comarca do Alto Amazonas, a obra literária de Tenreiro Aranha e ainda livros sobre lendas indígenas e climatologia médica.

Por que não se fazer em São Paulo o que nossos amigos amazonenses se dispuseram a fazer, para honra da cultura daquele Estado? 4-5-1990.

*

216. LINDA DE CHAMOUNIX

Já completou cem anos a edição que possui da *Linda de Chamounix*, o "grande romance" (como se lê na página de rosto), traduzido por A. M. Cunha de Sá e editado em Lisboa em 1889/1890. Nunca tive oportunidade de ver - já nem digo ler - a obra original *A la grace de Dieu*, que D'Ennery publicou em 1841. Como título, *Linda de Chamounix* apareceu pela primeira vez no libreto que Gaetano Rossi escreveu para a ópera de Donizetti, logo no ano seguinte ao da publicação do livro, e que marcou o primeiro grande êxito do compositor bergamasco. O libreto, obviamente, não poderia comportar todo o romance. Para ele, foram escolhidas as páginas consideradas mais expressivas. Aqui, a primeira dificuldade.

Poder-se-á dizer que *A la Gloire de Dieu* é um vasto painel, comportando vários romances paralelos, modalidade muito em voga na ocasião, que praticamente desapareceu por muito tempo, e está voltando em alguns romances modernos. Fica difícil ao leitor meio desatento acompanhar corretamente a trama sem se perder.

Não sei até que ponto *Linda de Chamounix* interessará a um leitor de hoje. No entanto, há nele cenas magistrais: as descrições das nevadas, a peregrinação anual dos jovens saboianos a Paris a fim de ganhar algum dinheiro para minorar a situação de penúria em que viviam em suas aldeias, a criminosa exploração de crianças em Paris por parte de agenciadores inescrupulosos (e Garrigou é bem o exemplo desta canalhice...), o cerco impiedoso à pobre Maria (a “Linda”) e o esforço desta para desvencilhar-se de seus importunos assediadores, o ambiente cortezão de algumas casas da nobreza francesa, toda a trajetória romântica de André/Arthur, as manifestações folclóricas dos saboianos, os julgamentos dos tribunais, a loucura de Maria/Linda, o retorno à aldeia, a “redenção pelo amor” (quase um tema wagneriano...) e finalmente as cenas da Revolução Francesa com a fuga dos protagonistas do longo drama para a aldeia de Chamounix. É neste final, que aparece pela primeira vez o nome de Maria associado à aldeia. “Linda” já era o seu apelido. Residindo, agora, em Chamounix, ela se torna “Linda de Chamounix”.

E as cenas paralelas nos levam a um duelo à beira dum lago, à fuga marítima de um dos protagonistas do porto de Toulon, em embarcação que pretendia salvar náufragos franceses nos Galápagos, mas que...fica pelo Chile, onde combate com os araucanos. É cinematográfico demais para um romance ou, melhor, um “vaudeville” do século XVIII.

Talvez seja a linda ópera de Donizetti (“linda” em todos os sentidos) o primeiro caso de um melodrama composto e encenado quase “em cima” do romance que a inspirou. Logo no ano seguinte ao do aparecimento do livro. O interesse despertado pelo romance certamente terá justificado a composição de uma ópera, que também alcançou êxito igual ao do livro. Mas... passou, tanto um como outro. Todavia, uma gravação integral, excelente, resgatou-a para a posteridade. 23-5-1990.

*

217. TIRANDO DO ESQUECIMENTO UM GRANDE PAULISTA

Andava esquecido o senador Adolfo Gordo, um dos homens públicos mais notáveis de São Paulo. Sua neta, a socióloga e historiadora Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, propiciou-nos conjugar o verbo no passado, pois graças ao livro que vem de publicar sobre seu avô (Brasília, 1989), Adolfo Gordo deixou de ser apenas uma rua dos Campos Elíseos, na Capital paulista.

Creio que, afora São Paulo, nenhuma outra cidade o homenageou dando seu nome a uma via pública. Nem sei se Piracicaba, sua terra natal, lembrou-se de o fazer.

Sua figura surge das páginas do livro em toda a sua dimensão, permitindo apreciá-lo nas mais diversas facetas de sua personalidade. Nascido em 1858, diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1879, iniciou sua vida profissional em Capivari, transferindo-se para a Capital em 1887. Propagandista republicano desde os tempos de estudante, desempenhou intensa atividade no Partido Republicano Paulista. Ao tempo do governo provisório, no início da República, exerceu por alguns meses a presidência do Estado do Rio Grande do Norte. Deputado à primeira Constituinte republicana e deputado federal em diversas legislaturas até 1913, quando foi eleito para o Senado Federal, onde permaneceu até o seu falecimento, em 1929.

A autora não se preocupou apenas com os traços biográficos do ilustre homem público, antes, procurou “através da análise de seu relacionamento social e político e de sua ação parlamentar, delinear o significado da representação parlamentar e apreender aspectos da sociedade em que o político se inseria, a sociedade brasileira da Primeira República.”

O capítulo terceiro, que trata da ação parlamentar de Adolfo Gordo, reveste-se de especial interesse por trazer ao nosso conhecimento coisas desconhecidas (ou pouco sabidas) e que o credenciam como um dos mais atuantes representantes de São Paulo no Congresso Federal. Dos inúmeros projetos que apresentou - vários deles transformados em leis com o seu nome -, a autora destaca alguns que revelam verdadeiro pioneirismo do parlamentar, no campo de nossa legislação social. Entre eles, o referente a acidentes no trabalho. Igualmente significativo é o capítulo referente à atuação do grande paulista no movimento revisionista da Constituição de 1891, do qual resultou a reforma constitucional de 1926, assunto sobre o qual a autora já havia publicado excelente trabalho.

Indicações precisas das fontes utilizadas e ainda a transcrição de importantes documentos valorizam enormemente o livro, que vem preencher sensível lacuna em nossa bibliografia republicana. 27-6-1990.

*

218. À MEMÓRIA DE UM REPUBLICANO

A Francisco Marins, excelente amigo e preclaro confrade da Academia Paulista de Letras, fiquei devendo a oportunidade de conhecer o

livro em que o General A. Lyra Tavares (da Academia Brasileira) procurou resgatar a memória de Aristides Lobo, um dos grandes propagandistas da República, mas esquecido ou, pelo menos, pouco lembrado de quantos têm tratado da história do período republicano entre nós. Nada mais desagradável para a memória de um grande homem (e Aristides Lobo inegavelmente o foi) do que vê-lo recordado apenas por um incidente, por mais significativo que ele seja. No caso em apreço, a notícia da proclamação da República transmitida por Aristides Lobo do Rio de Janeiro para o “Diário Popular”, de São Paulo, na qual se dizia que o povo assistira a tudo “bestializado”, muitos acreditando que se tratava apenas de uma parada... A freqüência com que este episódio vem sendo repetido em tudo quanto é manual de história, às vezes até de maneira distorcida, dá, do ilustre republicano uma falsa imagem, que seu biógrafo procurou corrigir. Tal como a do Major Sólon, lembrado apenas por ter sido apenas o portador da mensagem de banimento da família imperial, no dia seguinte ao da proclamação da República. Este, com a agravante de ter sido fixado em quadro por Facchinetti, pintor italiano que então vivia no Rio de Janeiro.

Não há de ter sido difícil ao ilustre militar e acadêmico resgatar a memória de seu coestadano. Começa já por aqui, fixando-lhe o nascimento em Mamanguape, na Paraíba, quando diversas fontes o dão como alagoano. O que houve é que, de fato, foi em Alagoas que ele “nasceu para a vida pública”. Mas isto não lhe tira a naturalidade paraibana. Livro despretençioso, bem escrito, como tudo o que lhe vem da pena e bastante documentado, com indicação precisa das fontes utilizadas. Aliás, não é novidade, pois já me ocupei, neste mesmo local, há algum tempo, de seu livro sobre as relações Brasil/França. Três pontos fundamentais afloram neste seu novo livro, que se diriam três grandes momentos da vida de seu biografado: a participação na propaganda republicana, a atuação como parlamentar e a atividade jornalística. Tudo muito documentado, com transcrições às vezes aparentemente excessivas de seus escritos e discursos.

A certa altura, diz o autor que as “Cartas do Rio” (título dos escritos que Aristides Lobo mandava regularmente para o “Diário Popular”), se devidamente selecionadas, nos dariam hoje uma preciosa contribuição para a história da República. É o caso de perguntar: não haverá possibilidade de isto ser feito? O já centenário órgão da imprensa paulistana ainda aí está. Não guardarão seus arquivos os números da época em que Aristides Lobo nele colaborava? Daí a transformarem-se em volume as “Cartas do Rio”, não há de ser difícil e ninguém melhor que o ilustre General Lyra Tavares para promover tal empreendimento, a ser levado avante, quem sabe, pela própria Academia Brasileira, que está reativando seu programa de publicações.

7-7-1990.

219. A "ESCOLA MINEIRA" NAS RUAS DE CAMPINAS

Uma das últimas propostas que tive oportunidade de apresentar quando integrante da Comissão de Nomenclatura de Vias e Logradouros Públicos, teve por objetivo dar a ruas de nossa cidade os nomes dos seis poetas que constituem a chamada "Escola Mineira", de tanto significado na história da literatura brasileira do século XVIII: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Aprovada a proposta, foram os nomes atribuídos a pequenas ruas da Vila Castelo Branco, pelo Decreto 5.392, de 8 de maio de 1978, sendo prefeito Francisco Amaral.

Nunca me conformei com a ausência em nossa nomenclatura urbana de expressivos nomes de nossa Pátria, nos mais variados setores, especialmente quando via tantos nomes estrangeiros, sem vinculação alguma com o Brasil, batizando importantes artérias da cidade. O falecido jornalista Luso Ventura comentou certa vez que no Parque Taquaral há nomes portugueses... quem nem em Portugal são lembrados!

Talvez houvesse exagero do conhecido jornalista. Mas, não resta dúvida que é difícil justificar a existência em Campinas de uma rua com o nome do dicionarista Jaime Seguíer (aliás, grafado erroneamente Sequier...), que não passou de um inescrupuloso plagiário do Petit-Larousse, quando grandes nomes de nossa história estavam ausentes: Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Vicente de Carvalho, Silva Jardim, Fagundes Varela, Machado de Assis, entre outros.

Enquanto três belíssimas avenidas da cidade ostentam os nomes do inventor do pneumático, do fundador do escotismo e de um antigo presidente de Portugal, que nenhuma vinculação tem com Campinas e nem com o próprio Brasil, não temos nenhum logradouro público com o nome de D. Pedro II, nosso segundo imperador, pois o que havia teve seu nome injustificavelmente substituído por outro, merecedor sem dúvida, mas que poderia ter sido atribuído a outra rua, das muitas ainda sem denominação na cidade.

Procurei, na medida do possível, sanar algumas das lacunas apontadas. O decreto 5.392, a que de início me referi, enquadra-se, pois, em minha preocupação já demonstrada em outras ocasiões. Dos seis nomes da chamada "Escola Mineira", quatro são vinculados diretamente ao movimento da Inconfidência, razão de sobra para merecerem nossas homenagens: Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto, todos poetas árcades; os outros dois, Santa Rita Durão ("Cara-

mu”) e Basílio da Gama (“Uraguai”) são os nomes mais expressivos da poesia épica no Brasil. 4-7-1990.

220. SACERDOTE ITALIANO EM COLÔNIAS DE SANTA CATARINA

Em diversos fascículos do ano de 1959, a preciosa publicação “Blumenau em Cadernos”, que há quase trinta anos vem sendo editada mensalmente na importante cidade do Vale do Itajaí, estampou, em tradução de Lucas Alexandre Boiteux, as *Notícias de Brusque e Nova Trento*, do padre Arcangelo Ganarini, publicadas originalmente em Trento, na Itália, por G. B. Monauni, em 1880, portanto há mais de cem anos. O autor fora, pouco antes, vigário em Brusque, servindo depois como capelão num hospital da antiga Nossa Senhora do Desterro, a Florianópolis de hoje.

No prefácio ao seu interessantíssimo relato informa que o escreveu a fim de “tornar um pouco conhecidas as condições em que se encontram muitos dos nossos compatriotas nestas colônias e quais as suas esperanças no porvir”. Escrupulosamente, julgou necessário declarar que suas observações diziam respeito apenas às colônias de Brusque e Nova Trento, as únicas que conheceu, nada podendo, portanto, informar quanto às outras.

Como bom sacerdote, muito se interessou o padre Ganarini pelo aspecto espiritual das colônias e dos colonos. Reclamou a presença de padres, pois para os italianos era imprescindível a assistência espiritual: “sem o padre desanimam e a alegria degenera em desalento; sem o padre, nenhum lugar jamais poderá ser escolhido para residência permanente da gente das nossas montanhas”. Dizia mais, ainda, que não bastava um diretor e uma dúzia de engenheiros para a prosperidade de uma colônia: fazia-se necessário um padre. “Com um engenheiro a menos e um padre a mais, o governo ganharia bastante”.

Seu relato é precioso, também, pela soma de informação geográfica sobre a região: clima, pluviosidade, fauna, flora, recursos agrícolas etc. Escrito com clareza, sem preocupações de ordem sectária ou ideológica, procura ser um retrato das duas colônias que o bom sacerdote conheceu tão bem em sua permanência no Brasil. Arrola-se, desta forma, o texto do padre Ganarini entre os bons relatos de missionários italianos do século passado, os quais constituem boa parcela dentre os que escreveram sobre nosso País.

Outros existem sobre diferentes regiões do Brasil, alguns já traduzidos, mas muitos ainda à espera de quem os ponha em nossa língua. Quanto a Ganarini, tive oportunidade de utilizar e mesmo transcrever excertos de seus escritos em meu pequeno livro *Páginas Catarinenses*, publicado há mais de dez anos. E utilizei a própria tradução do saudoso Almirante Lucas Alexandre Boiteux, um dos grandes historiador de Santa Catarina.

Registre-se, a título de informação bibliográfica, que outro texto de Ganarini, publicado na Itália no começo deste século, encontra-se traduzido e inserto no livro *Nova Trento*, do professor Walter F. Piazza, pesquisador e historiador dos mais devotados à terra catarinense. 10-7-1990.

*

221. LEMBRANÇA DE MÁRIO ERBOLATO

Encontrava-me fora de Campinas quando ocorreu o falecimento de Mário Erbolato. Assim, só ao regressar, folheando os jornais acumulados durante minha ausência, tive conhecimento da triste notícia. Nosso relacionamento remontava há quase 60 anos. Testemunhei seus esforços para abrir caminho no jornalismo, que foi sempre a sua verdadeira vocação. Aliás, a este respeito devo-lhe muito. E coisas muito significativas e marcantes para uma certa fase de minha vida. Foi graças a Mário Erbolato que vi publicados na imprensa desta cidade os resultados de pesquisas que vinha realizando no Arquivo do Estado sobre os primeiros tempos de Campinas. Numerosos artigos, por meses a fio nos anos já bem longínquos de 1937 e 1938, eram estampados em jornal da cidade, graças à gentileza do bom amigo que, também pela mesma época, iniciava-se nas lides de imprensa, que nunca abandonou. Era minha intenção elaborar um livro sobre a história "colonial" de Campinas. Todavia, meu afastamento por mais de 20 anos desta cidade fez alterar meus planos, pondo de lado tudo o que vinha fazendo, obrigado que fui a outros deveres. Mas, conservei sempre muito carinho pelos "capítulos" então publicados e foi com verdadeira emoção que os revi, meio século depois, para a primeira parte de um pequeno livro em que procurei apresentar "um pouco da história de Campinas". E este livro tinha que ser, como de fato o foi, dedicado ao amigo que vem de falecer.

Outro débito a Erbolato: o estímulo que sempre me deu, através da imprensa, quando planejei um "dicionário das ruas de Campinas", também abandonado pela mesma razão do outro. Sei que há pessoas dele cuidando atualmente, por certo em melhores condições que eu. Mas, ausente de

Campinas, continuei por muitos anos recebendo de Erbolato material relativo às novas ruas que iam sendo denominadas, para que eu as acrescentasse ao meu "dicionário". Até que eu mesmo um dia confessei-lhe minha impossibilidade de levar avante a tarefa.

Mario Erbolato acreditava na Imprensa. Esta crença foi sempre a tônica de tudo quanto fazia à frente do curso de Jornalismo de nossa Universidade Católica, refletido nos numerosos livros que publicou, a atestarem não apenas o jornalista, mas um jornalista consciente e crente no seu trabalho.

Há pouco, Paulo Pompeu. Agora Erbolato. E assim vai se reduzindo a velha guarda da imprensa de nossa terra. Aqui, a saudade e a homenagem deste seu velho companheiro. 11-8-1990.

